

Notícias do dia 25 de setembro



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# Governo vai contratar entidade para gerir Orquestra Filarmônica de Goiás

Até o final do ano, o Governo Estadual deve contratar uma Organização da Sociedade Civil (OSC) para gerir a Orquestra Filarmônica de **Goiás**. A entidade, sem fins lucrativos, também será a gestora da Escola de Artes Basileu França. O processo é realizado pela Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (Sedi).

Segundo o secretário Marcio Cesar Pereira, o edital de chamamento público será aberto até o final do ano e deve ser concluído em março de 2021, quando haverá a divulgação da empresa vencedora e a recontração dos músicos da orquestra. "Esta é a melhor forma de contratação dos músicos", avaliou o titular da Sedi.

De acordo com ele, outra vantagem é que os alunos do Basileu terão mais clara a perspectiva de estar em uma orquestra profissional.

"Apesar de ser de excelente qualidade, a Orquestra Jovem de **Goiás**, na qual os alunos hoje se apresentam, é uma orquestra de formação", disse o secretário. "Os músicos da Filarmônica também poderão ser professores do Basileu, o que vai melhorar, e muito, o processo de formação dos alunos e ainda na seleção dos músicos para a orquestra", pontuou.

Fabrcio Amaral, presidente da **Goiás** Turismo, agência gestora do Centro Cultural Oscar Niemeyer, explicou que os contratos dos integrantes da orquestra eram temporários, estavam vencidos e o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** indeferiu o pedido de prorrogação por infringir a Constituição Federal.

Descumprir a determinação poderia gerar multa para o Estado, além de responsabilização dos gestores e dos próprios músicos. "A contratação de uma entidade para gerir a orquestra garante segurança jurídica para o Estado e para os músicos. Até lá, vamos desenvolver projetos de gravação e divulgação da Filarmônica no Brasil e no exterior", assegurou.

A Orquestra Filarmônica de **Goiás** é considerada um dos três corpos sinfônicos mais relevantes do cenário musical brasileiro. O reconhecimento se deve a diversos fatores, entre eles a excelência artística dos músicos e musicistas, a trajetória do regente titular Neil Thomson e as experiências culturais que ela proporciona à população por meio de seus concertos, apresentações em parques, igrejas, centro comerciais, ambientes acadêmicos, entre outros.

Um dos destaques da Filarmônica é o seu comprometimento com a educação de crianças e jovens. Por meio dos concertos didáticos, a orquestra oferece práticas educacionais lúdicas.

**Site:** <https://www.emaisgoias.com.br/governo-vai-contratar-entidade-para-gerir-orquestra-filarmonica-de-goias/>

# Segundo encontro virtual para conselheiros municipais de Educação será na terça-feira (29/9)

Será realizado na terça-feira (29/9) o segundo encontro do ciclo de webinars (eventos on-line) para capacitação dos conselheiros municipais de Educação, promovido pelo Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação Pública (Gaepe), Instituto Articule e pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), com o apoio da Escola Superior do Ministério Público de **Goiás** (Esump) e da Área da Infância, Juventude e Educação do Centro de Apoio Operacional (CAO) do MP-GO.

O objetivo é debater a atuação dos profissionais no contexto da pandemia da Covid-19 e seus reflexos na educação pública. O primeiro encontro aconteceu no dia 24 e outros quatro estão previstos para o mês de outubro. A transmissão será feita pelo canal do TCM no YouTube, das 15h30 às 17 horas, em ambiente virtual (<https://www.youtube.com/c/canaltcmgo/>), sendo que cada encontro equivalerá a 1 hora-aula e 30 minutos. A capacitação será certificada pelo tribunal, mediante confirmação de presença no link indicado no dia do encontro.

Os encontros abordarão temas como a atuação do Conselho Municipal de Educação e seu impacto na garantia do direito à educação; a educação no contexto da pandemia; e o controle de gastos na educação, com expositores de órgãos como o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, o Conselho Estadual de Educação e o TCM.

As inscrições podem ser feitas na página [www.tcm.go.gov.br/sophos](http://www.tcm.go.gov.br/sophos) e permanecerão abertas até a data do último encontro, programado para 13 de outubro. (Texto: Elaine Borges/Apoio Técnico em Comunicação da Esump - Arte: Fabiana Figueiredo/Coordenação de Editoração da Esump - Edição: Assessoria de Comunicação Social do MP-GO)

**Site:** <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/segundo-encontro-virtual-para-conselheiros-municipais-de-educacao-sera-na-terca-feira-29-9>

# Orquestra Filarmônica de Goiás suspende contratos e fará novo chamamento

Théo Mariano

**Goiânia** - Após a ventilação nos bastidores de informações sugerindo extinção da Orquestra Filarmônica de **Goiás** (OFG), fonte ligada à OFG assegurou ao jornal A Redação que a orquestra passa por reestruturação, mas seguirá com atividades em futuro próximo. "Os músicos foram informados sobre a suspensão dos contratos e o chamamento de novos integrantes", frisou.

Segundo as informações repassadas ao AR , os vínculos finalizados pela OFG eram temporários e estavam ilegais desde 2015 . O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** pedia soluções para os contratos e isso, segundo pessoas ligadas à Filarmônica, motivou as suspensões.

Ainda de acordo com a fonte do jornal, a Orquestra deverá realizar novo chamamento, via Organização Social, no início de 2021. "Fica assegurado que a Orquestra não foi extinta e está passando por reestruturação para retomar atividades o mais breve possível."

O AR entrou em contato com a **Goiás** Turismo, responsável pela assessoria da OFG, mas não obteve resposta até a publicação desta matéria.

**Site:** <https://www.aredacao.com.br/cultura/140127/orquestra-filarmonica-de-goias-suspende-contratos-e-fara-novo-chamamento>

---

# Aconteceu no IRB - 25.09

## Aconteceu no IRB - 25.09

ISC está formando auditores estaduais e municipais para auditoria em obras públicas para IRB-TCERJ promoverem a multiplicação do curso

Por conta do acordo de cooperação técnica entre IRB e ISC/TCU, foram oferecidas 8 (oito) vagas aos TCs Estaduais e Municipais para o curso de auditoria de obras públicas promovido pelo TCU.

Estas vagas foram distribuídas por região para os Tribunais mais ativos nas atividades da Rede das Escolas de Contas. O curso, que tem duração até dezembro deste ano, irá capacitar os auditores, mas estes irão multiplicar o conhecimento por meio de um curso auto-instrucional e seminários de troca de boas práticas online que está sendo organizado em parceria com IRB e a Escola de Contas do TCERJ.

Em breve mais informações na agenda do IRB.

## IRB participa de evento sobre Diálogo Interinstitucional

A intensificação das parcerias interinstitucionais, impulsionadas especialmente após o início da pandemia, foi a tônica da abertura e painéis do primeiro dia do encontro remoto promovido pelos tribunais de contas do Estado e dos Municípios de **Goiás (TCE e TCM-GO)**.

O evento, denominado Contribuições para o Aprimoramento da Gestão Pública e do Controle Externo teve início hoje (21/set) e vai até quarta-feira, com apresentações de autoridades e pesquisadores locais e nacionais. ( fonte: TCEGO )

No primeiro dia do evento, houve grande destaque para as ações do Comitê Técnico de Educação e a forma de articulação interinstitucional que vem sendo realizada.

"Os Tribunais de Contas (TCs) têm procurado colocar a educação como prioridade na agenda pública; esperamos que os gestores e legisladores também o façam. Nesse sentido, vale conferir, agora, nos planos de governo que os candidatos devem levar à Justiça Eleitoral, como os futuros prefeitos pretendem lidar com as inúmeras demandas da agenda da educação", disse o presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)

Já no segundo dia do evento, o Presidente do IRB, Cons. Ivan Bonilha, participou de um painel com a mediação do Cons. Celmar Rech, Presidente do TCEGO, para debater sobre " Controle externo e articulação interinstitucional em tempos de pandemia."

"A articulação interinstitucional é tão importante que faz parte da missão do IRB de promover a integração, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos métodos e procedimentos de controle externo, aproximando instituições e sociedade, de modo a fortalecer ações que beneficiem a coletividade", disse Cons. Ivan Lelis Bonilha, Presidente do IRB.

## Pacto Nacional pela Primeira Infância tem atuação na capacitação na área de busca ativa

Reuniram-se nesta terça (22), representantes do Conselho Nacional do Ministério Público, da UNICEF e do IRB para traçar as ações do Pacto Nacional da Primeira Infância.

O Pacto Nacional busca formas de cooperação para intensificar ações de mitigação da evasão escolar. O UNICEF possui um software que auxilia gestores e controladores públicos a identificarem evasão escolar e, por meio da parceria, busca-se disponibilizar o software como ferramenta para auxiliar ações de combate à evasão. A proposta é que o IRB divulgue as ações de capacitação do Pacto no Portal IRB Conhecimento para que mais servidores, auditores e controladores sociais possam se capacitar.

IRB participa de ação do SEBRAE para divulgação de ações de empreendedorismo

Visando contribuir com informações que possam orientar gestores públicos a respeito de diversos temas da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, periodicamente, o SEBRAE publica o Guia do Candidato Empreendedor em que divulga centenas de sugestões de ações práticas que podem ser utilizadas por gestores públicos para o desenvolvimento.

O material, além de difundir boas práticas, também serve para capacitar novos gestores públicos. Assim, em total conformidade com os objetivos estratégicos, o IRB apoiou a ação e participará do lançamento oficial da publicação do SEBRAE no dia 28/09/20, às 15:00, no canal do YouTube do SEBRAE.

"O empreendedorismo é um dos fatores-chave para a geração de renda e inclusão social. E o poder público exerce papel relevante ao promover o segmento, planejando suas aquisições e aperfeiçoando seus processos com governança e transparência" - disse Cons. Ivan Bonilha, Presidente do IRB.

Rede de Bibliotecários cria a "Sala" Bibliocontas

A reunião realizada pelo Comitê Técnico de Gestão da Informação do IRB, no dia 23/09 tratou da organização do Fórum Bibliocontas, programado para os dias 19, 20 e 22 de outubro, e na criação da "Sala" Bibliocontas. Criada pelo IRB, a "Sala" virtual atende a necessidade de concentrar a demanda de pesquisas entre os Tribunais, e segue uma tendência utilizada por outras equipes de trabalho do IRB: disponibilizar conteúdo online de grande procura e interesse.

Além de concentrar as demandas, substituindo solicitação de pesquisas através dos diversos grupos de mensagens (IRB Comitê, Bibliotecários dos TCs e Bibliocontas), a "Sala" virtual permite armazenamento de pesquisas (arquivos) e acessos via link.

Aguarde para mais novidades!

Conselho Federal de Contabilidade aprova Resolução que regulamenta auditoria financeira do setor público

No dia 24 de setembro de 2020, às 10h, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizou a 1.067ª Reunião Plenária e nela aprovou a alteração da Resolução CFC n.º 1.328/2011. Tal alteração tem a finalidade de ajustar a nomenclatura das normas de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC TASP) e abranger as normas de auditoria do setor privado. E, o IRB teve participação neste processo (saiba mais aqui ).

Em março de 2020, o IRB oficiou o Conselho Federal de Contabilidade sugerindo que fosse aprovado no âmbito da estrutura de pronunciamentos profissionais do CFC a tradução das Normas Internacionais de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público da IFAC.

Seguindo as orientações da INTOSAI, de aplicar as ISAs da IFAC às auditorias financeiras, o IRB buscou o alinhamento das NBC TASP às NBASP.

O CFC prontamente iniciou o processo para incorporação das traduções das ISAs na estrutura dos pronunciamentos profissionais NBC TA. E, após aprovações iniciais do processo, abertura de consulta pública e apreciação das sugestões, foi aprovado nesta quinta (24) a incorporação da tradução das ISAs sobre Auditoria Financeira do Setor Público às NBC TASP.

Com tal aprovação, resta ao IRB aprovar em Assembleia a incorporação das NBC TASP à estrutura das NBASP.

"Mais um importante passo foi dado para o aprimoramento do controle público. A aprovação e a adoção dessas normas permitirão realizar auditorias financeiras em padrão internacional e contribuirão para adequada divulgação dos relatórios financeiros no âmbito do setor público brasileiro." - fala do Cons. Inaldo da Paixão, Presidente do Comitê Técnico das NBASP e Vice Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB

"o Conselho Federal de Contabilidade deu um passo importantíssimo para sintonizar a auditoria financeira do setor público brasileiro aos mais elevados padrões internacionais. O IRB teve um papel relevante de sugerir e estimular a medida, reafirmando o seu compromisso de fomentar o debate nesse campo e a adoção das práticas internacionais de auditoria mais reconhecidas e aceitas." - fala do Cons. Edilberto Pontes, Vice Presidente de Auditoria do IRB

Comitê de Normas de Auditoria trabalha na tradução da norma INTOSAI P50 - Princípios da Atividade Jurisdicional dos Tribunais de Contas

Nos diversos tipos de estruturação das Entidades Fiscalizadoras Superiores, há dezenas que possuem prerrogativas de aplicarem sanções, por meio de uma atividade jurisdicional (ou judicante).

Assim, após muitos anos de debates, a INTOSAI publicou em setembro um conjunto de princípios para direcionar as EFS com poderes jurisdicionais com as melhores boas práticas internacionais. Este pronunciamento profissional recebeu o nome de INTOSAI P50.

Desde o início do ano do IRB, por meio de seu Comitê de Normas de Auditoria do Setor Público, vem trabalhando na tradução, abertura de consulta pública, e, agora, análise das sugestões recebidas, relativas a esta norma.

Além da importância da norma em si, por se tratar de uma das atividades mais conhecidas dos Tribunais de Contas Brasileiros, o Comitê vem debatendo a possibilidade de convergência desta norma internacional com as legislações brasileiras de recente vigência, como as alterações da LINDB, Lei de Abuso de Autoridade, dentre outras.

Semanalmente, o Comitê se reúne e está avançando na construção do melhor texto da tradução da norma e/ou convergência da norma ao regime jurídico brasileiro.

Comitê de Educação do IRB apoia Campanha de busca ativa de alunos da UNICEF

O Unicef e seus parceiros disponibilizaram materiais e orientações para que Municípios e Estados possam montar suas próprias campanhas de comunicação, visando a enfrentar o abandono e a evasão escolares. A Atricon e o IRB, através do Comitê Técnico da Educação (CTE-IRB), apoiam a iniciativa. São diversos materiais gráficos, vídeos, textos, spots e jingles, para facilitar e ajudar o trabalho de mobilização e de engajamento das escolas, das famílias, da gestão pública e da mídia. Acesse, conheça e participe: <https://buscaativaescolar.org.br/campanha/>

**Site:** <https://irbcontas.org.br/aconteceu-no-irb-25-09/>

---

# TRE/GO divulga nomes de responsáveis por contas julgadas irregulares pelo TCU, TCE e TCM

**Manoel Messias Rodrigues**

Gestor que tiver as contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, não pode se candidatar a cargo eletivo nas eleições que se realizarem nos oito anos seguintes, contados a partir da data da decisão. Contudo, caberá ao Poder Judiciário verificar se essas irregularidades são insanáveis

Já estão disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral de **Goiás** (TRE/GO) as listas de contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU), **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE)** e **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO)**. As informações servem de base para que o Ministério Público, partidos, candidatos ou coligações possam eventualmente pedir a declaração de inelegibilidade de candidatos em situação irregular.

A relação apresentada pelo TCU inclui 346 contas no estado de **Goiás**. A lista do **TCE** menciona 21 pessoas em 2020. Já a do TCM menciona 722 processos de prefeitos e ex-prefeitos entre os anos de 2012 a 2020. O TCM disponibiliza ainda listagem completa de contas de gestão de demais autoridades e contas de governo julgadas pelas Câmaras Municipais. Os números poderão sofrer alteração diária na medida em que ocorrer o trânsito em julgado dos processos de contas irregulares.

As listas trazem os nomes dos gestores das contas públicas que foram consideradas irregulares, mas caberá ao Poder Judiciário verificar se essas irregularidades são insanáveis. A jurisprudência da Corte tem entendido que a mera inclusão do nome do administrador público na lista remetida à Justiça Eleitoral por tribunal ou conselho de contas não gera inelegibilidade, por se tratar de procedimento meramente informativo. Outros elementos julgados pela Justiça Eleitoral devem ser examinados para se chegar à conclusão de que o gestor se enquadra na Lei de Inelegibilidades (LC 64/90).

Segundo a norma, o responsável que tiver as contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, não pode se candidatar a cargo eletivo nas eleições que se realizarem nos oito anos seguintes, contados a partir da data da decisão. O interessado pode concorrer apenas se essa decisão tiver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário.

O Calendário Eleitoral de 2020 prevê que o dia 26 de setembro é o último dia para os tribunais e conselhos de contas tornarem disponível à Justiça Eleitoral relação daqueles que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou em que haja sentença judicial favorável ao interessado (Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 5º).

As listagens completas apresentadas pelos Tribunais de Conta da União, Estado e Municípios do Estado de **Goiás** contendo os nomes dos gestores públicos com contas julgadas irregulares podem ser consultadas aqui

Por Redação

Por Redação

---

Por Redação

25/09/2020 19:42:17

25/09/2020 15:47:06

25/09/2020 13:48:02

**Site:** <http://noticiasgoias.com.br/noticia/titulo?titulo=tre-go-divulga-nomes-de-respons-veis-por-contas-julgadas-irregulares-pelo-tcu--tce-e-tcm&id=3746>

---